

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente instrumento tem por objeto a aquisição de equipamentos de TI (Notebook e Monitores).
- 1.2. O objetivo é selecionar a proposta mais vantajosa para a Embrapa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, evitando operações em que caracterizem sobrepreço ou superfaturamento.
- 1.3. Amparo Legal (conforme o caso): Lei nº 13.303/2016; Lei nº 14.133/2021 (em relação aos procedimentos da modalidade Pregão, naquilo que não conflitar com a Lei nº 13.303/2016); Decreto nº 11.462/2023, ou o que vier a substituí-lo, com relação ao Sistema de Registro de Preços, enquanto não houver norma específica em relação ao tema para as Estatais; Lei Complementar nº 123/2006; Decreto nº 8.538/2015; Decreto nº 7.746/2012; Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010; Instrução Normativa SEGES/MP nº 03/2018; Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017; Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/ 2022; Lei nº 13.243/2016; e Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa - RLCC, em especial, as disposições constantes de sua Seção I (Compras e Fornecimentos) e Seção II (Serviços) - do Anexo I.
- 1.4. Vinculação: Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa, disponível no endereço eletrônico <https://www.embrapa.br/acessoinformacao/licitacoes-e-contratos> e também por meio do [link para acesso direto ao documento](#).

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Da Necessidade da Contratação

- a) O objeto alinha-se ao planejamento estratégico da Embrapa e está previsto no Plano Anual de Contratações conforme estabelece o seu Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios.
- b) Justifica-se o objeto deste termo considerando:
  - A aquisição dos equipamentos é de extremamente importante para o desenvolvimento das atividades do projeto "Pegada de carbono do leite bovino produzido no Estado do Piauí";
  - O projeto compõe o convênio de apoio à gestão administrativa e financeira de projeto de pesquisa, desenvolvimento e inovação celebrado entre a Embrapa e a FADEX;
  - A compra justifica-se pela necessidade de cooperação técnica especializada para gerar dados robustos sobre a pegada de carbono do leite bovino produzido no Estado do Piauí, considerando suas condições edafoclimáticas, sistemas de manejo e padrões tecnológicos próprios;
  - A iniciativa está alinhada aos compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito do Acordo de Paris e às metas nacionais de redução de emissões de gases de efeito estufa até 2035; e
  - Os resultados esperados poderão contribuir diretamente para a formulação de políticas públicas estaduais mais eficientes e direcionadas, permitindo identificar oportunidades concretas de redução de emissões, promover ganhos de produtividade com sustentabilidade, fortalecer a agricultura familiar e atrair investimentos voltados à produção de baixo carbono. Trata-se, portanto, de medida estratégica para dar suporte ao crescimento estruturado da cadeia leiteira piauiense, com benefícios econômicos, sociais e ambientais duradouros.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. As despesas com o objeto a ser contratado correrão à conta da dotação orçamentária consignada no orçamento da União, na UG 135009, na Classificação Contábil 44905235, TED: 420013 / 00001 - SECRET.DE INOV./DESENV.SUSTENT., IRRIG. E/PRODRURAL.
- 3.2. O valor estimado da contratação é sigiloso observando-se o contido no art. 34 e parágrafos da Lei nº 13.303/2016.
  - 3.2.1. Na hipótese de está sendo adotado o critério de julgamento de maior desconto, a estimativa de preço é a que consta neste instrumento, sendo aquela discriminada no item 4, abaixo.

4. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO (DESCRIÇÃO DETALHADA)

Fonte Recursos	Solicitante / Resp. p/ recebimento	Item	Elem. de Despesa	Cód. (Catmat / Cateser) <sup>1</sup>	Especificação	Ref. Comercial (Mr./Mod./Fab./Link)	Unid. de Fornecimento	Local de Entrega (Município/UF)	Quant.
TED PRODRURAL	Camila Sousa da Silva/ Francisco Walberg (NTI)	1	44905235	613321	<p>Notebook com processador móvel de arquitetura híbrida e alto desempenho, contendo no mínimo 16 núcleos físicos, 20 threads, frequência turbo mínima de 5,0 GHz, cache total mínimo de 18 MB, suporte a virtualização assistida por hardware e aceleração dedicada para cargas de inteligência artificial (NPU). Memória RAM mínima de 32 GB DDR5 com frequência mínima de 5.600 MT/s. Armazenamento SSD NVMe PCIe Gen4 com capacidade mínima de 1 TB. Placa gráfica dedicada com mínimo de 8 GB de memória GDDR6 e suporte a aceleração computacional para workloads de IA e computação paralela. Tela mínima de 15 polegadas, resolução mínima Full HD (recomendável superior), tecnologia IPS ou outra equivalente ou superior. Conectividade sem fio com Wi-Fi 6 ou superior, padrão IEEE 802.11ax, e Bluetooth 5.2 ou superior. Teclado integrado padrão Português Brasil ABNT2, com tecla "Ç" e disposição oficial brasileira. Suporte a virtualização por hardware, containers e orquestração local, com suporte a Docker, WSL2 e/ou Podman, bem como execução acelerada de frameworks de inteligência artificial.</p> <p>Softwares licenciados instalados: Microsoft® Windows® 11 Professional Original 64-bit em Português Brasil, sendo a licença do mesmo ativada pela BIOS, devendo haver disponibilidade do sistema para download no site do fabricante.</p> <p><b>Garantia:</b> incluir no preço a garantia estendida de no mínimo 36 meses prestada pelo fabricante ou por intermédio do fornecedor com cobertura integral para defeitos de fabricação e de hardware. A modalidade de prestação do suporte, preferencialmente, On-Site.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Lenovo Legion 5i</b> Intel Core Ultra 9 275HX RTX 5070 8GB 15.1" WQXGA 165Hz;</li> <li>2. <b>Avell STORM 570 TI</b> RTX 5070Ti   Intel Ultra 9;</li> <li>3. <b>Notebook Gamer Predator Helios Neo 16</b> Ai Phn16-73-96sw Intel® Core™ Ultra 9 275hx 32gb Ram 1TB SSD RTX 5070 16";</li> <li>4. <b>Asus Strix G16</b> · Amd Ryzen 9 9955hx RTX 5070 Tela 16" Wqxxa SSD 1TB Nvme Ram 32gb;</li> <li>5. <b>Asus Strix 16</b> · Intel Core Ultra 9 275hx RTX 5070 Tela 16" Wqxxa SSD 1TB Nvme Ram 32gb.</li> </ol>	UND.	TERESINA/PI	01
TED PRODRURAL	Camila Sousa da Silva/ Francisco Walberg (NTI)	2	44905235	451814	<p>Monitor com tela IPS de 27"; ângulos de visão de 178°/178"; resolução mínima QHD (2560 × 1440); taxa de atualização mínima de 100 Hz; cobertura de cores sRGB mínima de 95%; tecnologia antirreflexo; certificação de conforto visual com redução de luz azul e tecnologia flicker-free ou equivalente; ajuste de altura, inclinação, rotação e pivot; hub USB integrado para periféricos; conectividade HDMI, DisplayPort e USB-C com transmissão de vídeo/dados; compatibilidade com montagem VESA; e gerenciamento de cabos integrado na base.</p> <p><b>Garantia:</b> garantia contratual padrão de 12 (doze) meses.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Dell Monitor Pro P2725DE Plus 27"</b> QHD IPS LED 100Hz;</li> <li>2. <b>Monitor Avell Volcano's 27"</b>;</li> <li>3. <b>AOC Q27G4XN</b> Monitor de jogos 27", 2K QHD 2560 x 1440, 180 Hz 1 ms, Adaptive-Sync, Height ajustável, 2 X HDMI 2.0</li> </ol>	UND.	TERESINA/PI	02
TED PRODRURAL	Camila Sousa da Silva/ Francisco Walberg (NTI)	3	4495235	451814	<p>Monitor com tela IPS mínimo de 24"; ângulos de visão de 178°/178"; resolução Full HD (1920 × 1080); taxa de atualização mínima de 75 Hz; cobertura de cores sRGB mínima de 95%; tecnologia antirreflexo; tecnologia de conforto visual com redução de luz azul e flicker-free, com certificação TÜV Eye Comfort ou equivalente; ajuste de altura, inclinação, rotação e pivot; conectividade HDMI e DisplayPort 1.2 ou superior; hub USB integrado; compatibilidade com montagem VESA.</p> <p><b>Garantia:</b> garantia contratual padrão de 12 (doze) meses.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <b>Monitor Dell Pro 24 Plus — P2425H.</b></li> </ol>	UND.	TERESINA/PI	01

<sup>1</sup>Os códigos e descrições do CATMAT/CATSER, constantes do Catálogo SIASG, podem eventualmente divergir da descrição dos itens a serem contratados quanto a especificações e outras características; neste caso, ou seja, havendo divergências quanto ao código/descrição do CATMAT/CATSER, valem as especificações detalhadas no Termo de Referência.

- 4.1. O objeto a ser executado deverá ter as especificações técnicas básicas, conforme relação acima parte integrante deste Termo de Referência.
  - 4.1.1. No preço proposto a ser contratado, deverão estar inclusos todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 4.2. Para os itens 1, 2 e 3, deve ficar perfeitamente claro que, **em todos os dados de características do objeto, onde for incluída marca ou fabricante, fica subentendida a alternativa "ou similar ou de melhor qualidade"**.

5. MÉTODO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR e CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 5.1. O objeto deste Termo de Referência será contratado diretamente, via **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, conforme previsto no Art. 29 da Lei nº 13.303/2016, mais especificamente no seu Inciso:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 172.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

XV - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contado da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

outro (citar o Inciso, se for o caso)

5.2. O critério de julgamento da melhor proposta será:

o menor preço, sendo adjudicado ao proponente que apresentar o menor preço por grupo (para os itens agrupados em lotes) ou menor preço por item (para os itens não agrupados em lotes) e que atender aos parâmetros mínimos de qualidade do objeto definidos neste Termo de Referência;

o maior desconto, sendo adjudicado ao proponente que apresentar o maior desconto para o grupo (para os itens agrupados em lotes) ou maior desconto para o item (para os itens não agrupados em lotes) e que atender aos parâmetros mínimos de qualidade do objeto definidos neste Termo de Referência;

5.3. Como diretriz, a fase de apresentação e julgamento das propostas deverá anteceder a fase de habilitação, devendo-se analisar os requisitos de habilitação, obedecendo à ordem crescente de classificação das propostas, apenas do proponente que atender aos parâmetros mínimos de qualidade do objeto definidos neste Termo.

5.4. Confirmados a efetividade da proposta e o atendimento dos requisitos de habilitação, a Embrapa poderá negociar com o proponente no intuito de obter condições mais vantajosas.

5.5. Quanto ao preenchimento da proposta, os interessados deverão enviar suas propostas contendo, no mínimo:

- descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- marca, modelo e fabricante, se for o caso;
- unidade de fornecimento;
- quantidade cotada, se for o caso;
- valores (unitário, total, global, mensal, anual, conforme o caso) ou desconto ofertado;
- local de entrega;
- prazo de entrega, ou de execução, do objeto;
- prazo de validade da proposta.

5.5.1. As propostas deverão incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, taxas, lucro, uniformes, alimentação, transporte, e outros necessários ao cumprimento integral do objeto. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do proponente.

5.5.2. O prazo de validade das propostas apresentadas deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias;

5.5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

5.5.4. O proponente, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que venha a ser contratado, tendo em vista o objeto em questão, poderá beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional, conforme disposições contidas no art. 18, §5º-C, VI da Lei Complementar nº 123/2006, desde que observadas as condições fixadas pelo § 1º do art. 17 da mesma Lei.

## 6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E REQUISITOS MÍNIMOS DE HABILITAÇÃO

### Condições de Participação

6.1. Poderão participar deste processo e apresentar suas propostas os interessados que não estejam impedidos de licitar e celebrar contratos administrativos com a Embrapa.

6.2. Não poderão participar os interessados que tenham sofrido:

- penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar, aplicada na vigência do inciso III do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, ou contida no art. 83, inciso III da Lei nº 13.303/2016, desde que aplicada pela Embrapa, e no inciso III do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicada no âmbito da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- penalidade de impedimento de licitar e contratar, aplicada na vigência do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ou no artigo 47 da Lei n. 12.462/2011, aplicada por qualquer órgão ou entidade da União;
- penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada na vigência do inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/1993 e contida no inciso IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, aplicada no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional de todos os entes federativos ou a prevista no artigo 46 da Lei n. 8.443/1992, aplicada pelo Tribunal de Contas da União;
- penalidade de proibição de contratar com o Poder Público prevista nos incisos do artigo 12, III da Lei n. 8.429/1992.

6.3. Também estarão impedidas de participar deste processo empresas que, na data do certame, estejam cumprindo sanção de proibição de participar de licitações e celebrar contratos administrativos nos termos do artigo 38 da Lei nº 12.529/2011, do artigo 10 da Lei 9.605/98, e inciso IV do artigo 33 da Lei nº 12.527/11.

6.4. Também não poderão participar Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum participando do presente processo.

6.5. Não poderão participar, as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

6.6. Serão impedidas de participar, também, as pessoas, físicas ou jurídicas, referidas nos artigos 38 e 44 da Lei nº 13.303/2016.

6.7. A participação de cooperativas no presente processo:

- será admitida.
- não será admitida, conforme justificativa a seguir: \_\_\_\_\_.

6.8. A participação de empresas reunidas em consórcio:

- será admitida.
- não será admitida, tendo em vista que a formação de consórcio é mais conveniente e oportuna nas contratações de alta complexidade e relevante vulto, em que se torne viável para as empresas a se consorciarem a soma de capacidade técnica e financeira, visando a execução do objeto, motivo pelo qual se justifica a vedação da participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a modalidade de sua constituição.

### Consultas a Cadastros

6.9. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do interessado detentor da proposta classificada e para os fins de habilitação, o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo ou a futura contratação, será verificado mediante consulta aos seguintes cadastros:

- Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores - SICAF;
- Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União; e
- Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União.

6.9.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 6.9.1.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro, ou agente de contratação, diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.9.1.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.9.1.3. O proponente, conforme o caso, será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.9.2. Constatada a existência de sanção, o proponente será reputado inabilitado por falta de condição de participação.

### Requisitos Mínimos de Habilitação

6.10. O proponente melhor classificado deverá apresentar a documentação de acordo com os parâmetros a seguir:

- documentação jurídica da empresa**, mediante apresentação do Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), cadastro, este, administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- comprovação de qualificação técnica**, referente à execução satisfatória de objeto similar compatível ao deste Termo de Referência em características, quantidades e prazos, através de:
  - Atestado(s), ou Declaração(s), de Capacidade Técnica em nome do proponente interessado expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado; e/ou
  - Contrato(s) que o proponente mantém, ou manteve, com a Administração ou com a iniciativa privada; e/ou
  - Nota(s) fiscal(is) emitida(s) pelo proponente; e/ou
  - Outro(s) documento(s) pertinentes.
- comprovação de capacidade econômica e financeira**, mediante apresentação de, pelo menos:

c.1) Balanço Patrimonial e Contábil de Exercício Social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sob a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

- c.1.1) No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);
- c.1.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- c.1.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social;
- c.1.4) Caso o proponente seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- c.1.5) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);
- c.1.6) As empresas que apresentarem Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) igual ou menor que 1 (um) quando da habilitação deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;
- c.1.7) Caso o proponente que apresente resultado igual ou menor que 1 (um) não atenda as condições do item anterior, a qualificação econômico-financeira poderá ser demonstrada, mediante a apresentação de garantia no percentual de 5% (cinco por cento), podendo o proponente optar por uma das seguintes modalidades: caução em dinheiro; seguro-garantia; e fiança bancária.

d) **prova de regularidade fiscal**, sendo exigidos, exclusivamente:

d.1) **prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d.2) **prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**.

#### Disposições Gerais sobre a Habilitação

6.11. Microempresas e empresas de pequeno porte deverão atender a todas as exigências de habilitação previstas neste Termo.

6.12. Para as microempresas e empresas de pequeno porte (nos termos da Lei Complementar nº 123/2006) que tenham alguma restrição, em relação à documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa, nos termos do § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e art. 4º e seus parágrafos, do Decreto nº 8.538/2015.

6.12.1. Para aplicação do disposto no item 6.12, o prazo para regularização fiscal será contado a partir do momento em que o proponente for declarado vencedor do processo.

6.12.2. A prorrogação do prazo constante do item 6.12 poderá ser concedida, a critério da Embrapa, após requerimento justificado do proponente.

6.12.3. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à administração convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar o processo de contratação.

6.13. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Termo, considerar-se-á o proponente inabilitado, devendo-se instruir o processo, se for o caso, com vistas a possíveis sanções.

6.14. Caso o documento de habilitação ausente consistir em declaração sobre fato preexistente, poderá ser concedido prazo razoável para o saneamento da falha (Acordão TCU 988/2022 - Plenário).

6.15. Caso existam dúvidas relacionadas a incertezas e/ou divergências constatadas em propostas de interessados, bem como erros ou falhas em planilhas de preços cuja identificação seja evidente, poderão ser suprimida por meio de diligências.

6.16. A verificação, pela Embrapa, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

## 7. GARANTIAS

### Qualidade e Garantia do Objeto

7.1. O objeto a ser ofertado deverá ser conforme os padrões usuais de mercado, sem uso, em linha normal de fabricação, acompanhados de documentação técnica oficial do fabricante, com identificação, quando for o caso, do fabricante, marca, modelo e demais características e especificações técnicas essenciais que permitam a aferição pela Embrapa de seu padrão de qualidade e desempenho.

7.2. A **garantia do objeto** é a garantia assegurada aos bens/produtos entregues ou aos serviços executados pelo Contratado contra defeitos de fabricação, instalação e/ou funcionamento do objeto contratado, responsabilizando-se o Contratado pela sua substituição, assistência técnica ou reparação do serviço.

7.2.1. Oferta de suporte técnico autorizado em território nacional e assistência técnica compatível com os níveis de serviço estabelecidos no contrato. A Administração reserva-se o direito de realizar testes de conformidade e validação técnica antes do recebimento definitivo dos equipamentos.

7.2.2. O proponente que vier a ser contratado será responsável pela substituição, reposição, assistência técnica ou reparação do objeto porventura executado com defeito, danificado ou não compatível com as especificações deste Termo e de sua proposta, arcando, inclusive, com a totalidade do ônus decorrente do cumprimento da garantia.

### MATERIAIS (compras e fornecimentos)

7.3. Os materiais/produtos deverão ter a garantia/validade de acordo com o fabricante, devendo ser de, no mínimo, 12(dose) meses.

7.3.1. **O prazo de garantia/validade para o item 01 - Notebook**, deve ser estendida de, no mínimo, 36(trinta e seis) meses, prestada pelo fabricante ou por intermediário do fornecedor com cobertura integral para defeitos de fabricação e de hardware.

7.3.1.1. **A modalidade de prestação do suporte deve ser, preferencialmente, On-Site.**

### SERVIÇOS

7.4. O prazo de garantia contratual dos serviços será:

aquele estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

de, no mínimo, \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, no total, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, incluindo-se naquele intervalo o período referente à garantia legal estabelecido na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### 7.5. GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, correspondente a \_\_% (\_\_\_\_) sobre o valor da contratação, conforme regras estabelecidas no item 4 da Seção I (no caso de MATERIAIS - compras e fornecimentos) ou no item 3 da Seção II (no caso de SERVIÇOS) do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

## 8. PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

8.1. O prazo de entrega do objeto será de **30 (trinta) dias corridos**, após o recebimento da **Autorização de Fornecimento / Serviço** pelo Contratado.

8.1.1. **Autorização de Fornecimento / Serviço**: contrato simplificado, que poderá ser utilizado nas contratações decorrentes de dispensa de licitação, na forma do inciso II do artigo 29 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e para compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente de seu valor.

8.1.2. Os instrumentos de contrato provenientes deste Termo poderão ter suas vigências alteradas, observado o artigo 135 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

8.1.3. Caso o atraso na execução decorra de ação ou omissão do CONTRATADO, a prorrogação não prejudicará a abertura de Processo Administrativo de Apuração (PAA), se for o caso.

8.1.4. Caso haja necessidade de prorrogação do prazo de vigência estipulado, o CONTRATADO deverá enviar para o e-mail indicado no instrumento contratual, pedido formal de prorrogação de prazo assinado pelo representante legal da empresa, com os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo e a documentação comprobatória.

8.1.5. O processo administrativo de prorrogação deverá observar, ainda, as disposições constantes do item 7 da Seção I (no caso de MATERIAIS - compras e fornecimentos) ou do item 9 da Seção II (no caso de SERVIÇOS) - do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

8.2. Correrão por conta do Contratado todas as despesas acessórias, como as decorrentes dos custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxas de administração, materiais, fretes, encargos sociais e descarga dos produtos no LOCAL DE ENTREGA.

8.3. As **condições gerais de execução do contrato**, inclusive quanto ao **recebimento e aceitação do objeto** são as que constam:

8.3.1. no caso de MATERIAIS (compras e fornecimentos), no item 1 da Seção I do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa;

8.3.2. no caso de SERVIÇOS, no item 1 da Seção II do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

## 9. LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA DO OBJETO

9.1. De acordo com a relação de itens (item 4 deste Termo), devendo-se verificar os municípios de entrega do objeto, correspondendo, cada um, a um dos endereços abaixo:

a) **TERESINA/PI – Unidade Gestora/Gerenciadora: (Embrapa/CPAMN - UASG 135009)**

**Embrapa Meio-Norte**  
Avenida Duque de Caxias, 5650  
Teresina/PI – CEP: 64008-780  
Telefones: (86) 3200 1300  
E-mail: [cpamn.compras@embrapa.br](mailto:cpamn.compras@embrapa.br)  
Horário de Entrega: Segunda à Sexta-feira, exceto feriados, das 08h00 às 11h00 hs e das 14h00 às 17h00.

## 10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Em até **30 (trinta) dias corridos**, após a efetiva entrega do(s) material(ais)/equipamentos, ou execução do(s) serviço(s), comprovados mediante "atesto" no documento fiscal correspondente.

10.2. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, em depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo Contratado.

10.3. Por ocasião do processamento do pagamento, constatando-se incorreção nos documentos apresentados, especialmente na Nota Fiscal/Fatura discriminativa, estes serão restituídos para as correções pertinentes. O prazo de pagamento será integralmente restituído e somente terá reinício após a entrega dos documentos devidamente sanados, não respondendo a Embrapa por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação.

10.4. A Embrapa promoverá, quando for o caso, a retenção de impostos/taxas/contribuições, na forma da legislação vigente.

10.5. O Contratado deverá enviar para o e-mail indicado no instrumento contratual a declaração a ser apresentada pela pessoa jurídica (original) assinada e com a identificação do representante legal conforme anexo II, III e IV da IN RFB 1234/2012 e suas alterações (se for o caso) que Dispõe sobre a retenção de tributos nos pagamentos efetuados pelos órgãos da administração pública federal direta, autarquias e fundações federais, empresas públicas, sociedades de economia mista e demais pessoas jurídicas que menciona a outras pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens e serviços (Art. 6º IN RFB 1234/2012).

10.5.1. Caso não seja apresentada a Declaração citada, será feita a retenção tributária devida.

10.6. O recebimento do equipamento ou material fica condicionado ao prévio envio do arquivo XML pelo fornecedor para o e-mail indicado no instrumento contratual, conforme Cláusula Primeira do Ajuste SINIEF 08/2010.

10.7. Aplica-se, ainda, as condições de pagamento constantes do item 2 da Seção I (no caso de MATERIAIS - compras e fornecimentos) ou no item 5 da Seção II (no caso de SERVIÇOS) do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

## 11. OBRIGAÇÕES DO DESTINATÁRIO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Quando a Embrapa convocar o proponente classificado para assinatura do Contrato, ou instrumento equivalente, este deverá fazê-lo em prazo de até 10 (dez) dias úteis prorrogáveis por igual período, a critério da Embrapa. A recusa injustificada do destinatário da contratação em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

11.2. Na hipótese do destinatário da contratação não assinar o Contrato, ou instrumento equivalente, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro proponente poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

11.3. Sempre que possível, a pedido da Embrapa e conforme suas orientações, o representante legal do destinatário da contratação deverá credenciar-se no Sistema Eletrônico de Informações (SEI Embrapa) para fins de assinatura de Contrato, ou instrumento equivalente, e envio de demais documentos referentes ao processo.

11.3.1. O credenciamento de usuário externo no SEI Embrapa é ato pessoal e intransferível.

11.3.2. O uso do SEI Embrapa possui norma própria cujos termos devem também ser observados pelos usuários externos credenciados.

11.4. Obrigações gerais conforme as condições estabelecidas no item 3 da Seção I (no caso de MATERIAIS - compras e fornecimentos) ou no item 2 da Seção II (no caso de SERVIÇOS) do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

11.5. Conforme o caso, o(s) fornecedor(es) interessado(s) em fornecer o objeto pretendido deverão, nos processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas objeto desta contratação, seguir integralmente as normas e diretrizes de sustentabilidade ambiental estabelecidas no art. 5 da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 2010, no Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria-Geral da União, disponível no sítio eletrônico <https://www.gov.br/agu/pt-br/>, e nas demais normas dos órgãos e entidades reguladores do tema.

11.6. O(s) fornecedor(es) interessado(s) deverão seguir a legislação sanitária em vigor, respondendo, com exclusividade, por todas e quaisquer multas ou interpeleções das autoridades competentes.

11.7. O(s) fornecedor(es) interessado(s) deverão conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores.

## 12. OBRIGAÇÕES GERAIS DA EMBRAPA

12.1. Gerenciar e fiscalizar o cumprimento o contrato, ou instrumento equivalente, advindos deste processo de contratação.

12.2. Emitir contrato, ou instrumento equivalente, observando os quantitativos mínimos previstos no item 4 deste Termo.

12.2.1. A homologação do resultado do processo de contratação não implicará direito à contratação.

12.3. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações às obrigações assumidas por força deste instrumento, instruir devidamente Processo Administrativo de Apuração (PAA) visando reunir todos os documentos correlatos, apurar irregularidades e, eventualmente, aplicar as sanções administrativas cabíveis, respeitando-se o regular processo administrativo, o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

12.4. Efetuar o pagamento ao Contratado das Notas Fiscais/Fatura, devidamente atestadas, conforme estabelecido no item 10 deste Termo de Referência.

12.4.1. O Contratado somente receberá pagamento pelos quantitativos do objeto por ele efetivamente executados.

## 13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Conforme regras estabelecidas no item 5 da Seção I (no caso de MATERIAIS - compras e fornecimentos) ou no item 6 da Seção II (no caso de SERVIÇOS) do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

## 14. PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO - PAA

14.1. Constatada a ocorrência de quaisquer infrações às obrigações assumidas por força deste instrumento, a Embrapa adotará o procedimento de acordo com o Capítulo X do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

## 15. DEMAIS INFORMAÇÕES

15.1. A Embrapa e interessados reconhecem como válida e plenamente eficaz a contratação por meios eletrônicos e digitais, constituindo título executivo extrajudicial para todos os fins de direito, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto pelo artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

15.2. Os contratos, ou instrumentos equivalente, advindos a partir deste Termo somente poderão ser alterados por acordo escrito entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar.

15.2.1. As hipóteses e condições de alteração contratual são as que constam no item 7 da Seção I (no caso de MATERIAIS - compras e fornecimentos) ou no item 9 da Seção II (no caso de SERVIÇOS) do Anexo I do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

15.3. A ausência de formalização contratual não exonera a Embrapa do dever de indenizar o Contratado pelo que esta houver executado, apurando-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

15.4. O contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, observando-se o disposto no Capítulo VI do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da Embrapa.

15.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil da localidade da unidade da Embrapa responsável pelo processo.

15.6. Aplicam-se aos processos de contratação e contratos regidos por este Termo, as normas de direito penal contidas nos arts. 185, 186 e 189 da Lei nº 14.133/2021.

15.6.1. A aplicação das normas de direito penal mencionadas no item anterior não afasta a responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública nos termos da Lei nº 12.846/2013.

15.7. Para dirimir questões relativas ao contrato, ou instrumento equivalente, a ser celebrado a partir deste Termo, fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal, Seção Judiciária de Campina Grande/PB, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## 16. RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

### Elaborador

Nome: Antônio das Graças Lima Filho  
Matrícula: 259.935  
Cargo: Analista do CPAMN/SPS

### Confidente

Nome: Rogério Farias Cavalcante  
Matrícula: 271.530  
Cargo: Supervisor do CPAMN/NTI

Nome: Marcos Alceu Silva Melo  
Matrícula: 340.802  
Cargo: Supervisor do CPAMN/SPS

## 17. APROVAÇÃO MOTIVADA DO TERMO DE REFERÊNCIA

A contratação pretendida está motivada com base nas justificativas, necessidades e condições apresentadas neste Termo. Portanto, com base nas razões técnicas e argumentos apresentados, considerando que este documento orientador foi elaborado de forma conveniente e oportuna para atender demanda deste Centro de Pesquisa e que os objetivos pretendidos estão claros, aprovo o presente Termo de Referência.

### DIÉGO SÁVIO VASCONCELOS DE OLIVEIRA

Chefe Adjunto de Administração em exercício  
Embrapa Meio-Norte  
Portaria Nº 676, de 30 de maio de 2022



Documento assinado eletronicamente por **Antônio das Graças Lima Filho, Analista**, em 12/06/2026, às 11:04, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alceu Silva Melo, Supervisor**, em 12/06/2026, às 11:06, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Diêgo Sávio Vasconcelos de Oliveira, Chefe-Adjunto em exercício**, em 12/06/2026, às 15:14, conforme art. 6º, parágrafo 1º do Decreto 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sede.embrapa.br/sci/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sede.embrapa.br/sci/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **13662834** e o código CRC **616FD21A**.

### ANEXO I - MATRIZ DE RISCOS – AQUISIÇÃO DE NOTEBOOK E MONITORES

ID	Evento de Risco	Causa	Consequência	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Responsável	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
R01	Especificação excessivamente restritiva	Requisitos associados a poucos fabricantes	Impugnações e baixa competitividade	Média	Alta	Alto	Equipe de Planejamento	Utilizar especificações baseadas em desempenho e equivalência técnica	Revisar TR e republicar o certame
R02	Superdimensionamento dos equipamentos	Definição de hardware acima da necessidade	Sobrepço e questionamentos dos órgãos de controle	Média	Alta	Alto	Área Demandante	Justificar tecnicamente os requisitos avançados	Readequar especificações
R03	Subdimensionamento dos equipamentos	Levantamento inadequado das necessidades	Baixo desempenho operacional	Baixa	Alta	Médio	Área Demandante	Mapear aplicações e cargas de trabalho	Aquisição complementar
R04	Pesquisa de preços inadequada	Fontes insuficientes ou desatualizadas	Sobrepço ou inexecuibilidade	Média	Alta	Alto	Equipe de Planejamento	Pesquisar em múltiplas fontes	Atualizar estimativa antes da licitação
R05	Recebimento de equipamento incompatível	Especificações subjetivas	Recusa ou substituição dos bens	Média	Alta	Alto	Fiscal Técnico	Exigir catálogo técnico oficial	Rejeitar o material
R06	Entrega de produto descontinuado	Ausência de exigência de produto em linha	Dificuldade de suporte e manutenção	Média	Média	Médio	Contratada	Exigir declaração do fabricante	Solicitar substituição
R07	Garantia insuficiente	Ausência de SLA e garantia mínima	Indisponibilidade prolongada	Média	Alta	Alto	Contratada	Exigir garantia mínima de 36 meses	Aplicação de sanções contratuais
R08	Ausência de assistência técnica nacional	Fabricante sem rede autorizada	Dificuldade de manutenção	Média	Alta	Alto	Equipe de Planejamento	Exigir assistência técnica autorizada no Brasil	Substituição do equipamento
R09	Atraso na entrega	Problemas logísticos ou de importação	Comprometimento do cronograma do projeto	Média	Média	Médio	Contratada	Definir prazo e penalidades	Aplicação de multa contratual
R10	Entrega divergente do catálogo apresentado	Erro ou má-fé do fornecedor	Descumprimento contratual	Média	Alta	Alto	Fiscal Técnico	Conferência detalhada no recebimento	Recusa e substituição do material
R11	Incompatibilidade com ambiente corporativo	Falta de validação técnica	Dificuldades operacionais	Média	Média	Médio	Área de TIC	Homologação prévia dos requisitos	Ajustes e reconfiguração
R12	Incompatibilidade entre notebook e monitor	Interfaces distintas	Aquisição adicional de adaptadores	Média	Média	Médio	Área de TIC	Padronizar conexões mínimas	Aquisição de acessórios compatíveis
R13	Falha na homologação técnica	Ausência de checklist de recebimento	Recebimento inadequado	Média	Alta	Alto	Fiscal Técnico	Aplicar roteiro de testes	Rejeição do equipamento
R14	Obsolescência tecnológica precoce	Aquisição de tecnologia em final de ciclo	Redução da vida útil	Média	Média	Médio	Equipe de Planejamento	Exigir geração atual de mercado	Planejamento de renovação
R15	Questionamentos da auditoria ou órgãos de controle	Justificativas insuficientes para requisitos premium	Determinação de correções e atrasos processuais	Média	Alta	Alto	Área Demandante	Elaborar ETP robusto e justificativas técnicas detalhadas	Sanção processual e revisão documental

#### Classificação dos Níveis de Risco

Nível	Tratamento
Baixo	Monitoramento rotineiro
Médio	Acompanhamento periódico e medidas preventivas
Alto	Tratamento prioritário e monitoramento contínuo